



**CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Ata da 18ª reunião, realizada em 25 de novembro de 2019

1 Em 25 de novembro de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de
2 Políticas de Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do Conselho Estadual de
3 Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio
4 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
5 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente
6 Thiago Higino Lopes da Silva, representante da SEMAD. Representantes do
7 poder público: Mayara Cristina de Lima, da Secretaria de Estado de
8 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Laura de Moraes Andrade
9 Coutinho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);
10 Márcio Roberto Ferreira de Oliveira Ribeiro, da Secretaria de Estado de
11 Cultura e Turismo (Secult); Nádia Lima Sousa Madureira Silva, da Secretaria
12 de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Alexandre Augusto
13 Carneiro, da Secretaria de Estado de Governo (Segov). Representantes da
14 sociedade civil: Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de
15 Geração de Energia Limpa (Abragel); Igor Lopes Braga, da Associação
16 Mineira da Indústria Florestal (Amif); Guilherme Corrêa Abreu, da Federação
17 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Rogério Pena Siqueira,
18 da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes);
19 Alfredo Marques Diniz, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
20 (Crea). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
21 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
22 presidente suplente Thiago Higino Lopes da Silva declarou aberta a 18ª
23 reunião da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas. **3)**
24 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
25 Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Primeiro, esta Câmara é muito cara
26 para a Abes. Nós temos trabalhado aqui desde o início dela. Infelizmente,
27 neste ano, ela teve muito pouca atividade – este é um protesto que eu faço
28 aqui –, principalmente em um ano difícil para o tema. Nós estamos sabendo
29 de tudo que está acontecendo nas questões de políticas públicas nessa
30 área, haja vista, por exemplo, a questão de a Aneel começar a trabalhar a
31 taxação de energia solar fotovoltaica, que pode trazer os investimentos que
32 hoje se viabilizam em três anos, três anos e pouco, voltando para sete anos,
33 o que é o início do processo de energia solar no Brasil. Quer dizer, nós
34 estamos dando um passo atrás nesse tema em talvez dez anos. Eu acho
35 que Minas Gerais tem como obrigação trabalhar muito mais a fundo esse
36 tema, já que é o Estado que mais produz energia elétrica solar fotovoltaica

37 do Brasil. Nós temos muitas questões no Norte de Minas, que é o território
38 com maior capacidade de produção elétrica nessa área. A insolação lá é tão
39 produtiva quanto a do Nordeste, nas melhores áreas. E podemos até ficar
40 para trás se não encabeçarmos essa discussão. Eu acho que é uma
41 discussão em termos também sociais, um investimento em uma área de
42 pobreza do Estado. Eu acho que o governo não pode deixar esse tema a
43 reboque só do governo central, do governo federal, da Aneel. Eu acho que
44 tem questões também com a Cemig, com o mercado, mas Minas Gerais tem
45 obrigação de tomar frente a isso e tentar equalizar esse tema e fazer o
46 melhor possível para essa questão que é tão cara e importante. É importante
47 nas emissões de CO₂, o que também é meta nossa. Portanto, eu queria
48 deixar aqui essa mensagem da Abes. Nós estamos muito preocupados.”

49 Conselheira Laura de Morais Andrade Coutinho: “Sobre esses
50 questionamentos que o Rogério fez sobre a questão da política para energia
51 solar, a Sede tem um projeto específico para isso, que chama ‘Sol de Minas’,
52 que está sendo desenvolvido em parceria com o Indi e outras instituições e
53 tem o objetivo justamente de alavancar energia solar e os investimentos no
54 Estado. Além do projeto, nós vamos definir também uma série de medidas
55 estratégicas para incentivar os investimentos na área. O projeto ainda está
56 no início, mas, se o conselheiro quiser saber mais informações, nós
57 podemos encaminhar sem problemas. Eu estou à disposição.”

58 Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Muito obrigado. Eu acho que a Sede poderia trazer
59 também à Câmara de Energia a discussão com todos, poderia marcar uma
60 apresentação. Eu fico feliz de vocês estarem tratando do tema, e esse tema
61 evolui para fora de Minas, como eu falei. Então nós temos que ter muita
62 atenção a isso. A Abes está à disposição para essa discussão. Tanto eu
63 pessoalmente quanto outros técnicos da Abes têm interesse nisso. Se
64 quiserem fazer alguma discussão, a nossa casa também está aberta.”

65 Vitor Reis Salum Tavares/SEMAD: “No âmbito da SEMAD, nós gostaríamos de
66 posicioná-los sobre essas questões de licenciamento ambiental
67 propriamente dito da energia fotovoltaica. Em uma das últimas reuniões
68 CNR, Câmara Normativa e Recursal, foi aprovada uma deliberação
69 normativa que alterou a DN 217 para rebaixar o potencial poluidor do solo
70 referente à atividade G para M, com um resultado que eu acho que
71 impulsiona a atividade no sentido de licenciamento ambiental, que faz parte
72 do planejamento estratégico de todos os empreendimentos. Só posicionar
73 em relação a esse ponto específico da SEMAD.”

74 Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Passou por aqui a discussão em algum momento. Era uma
75 reivindicação que sempre colocávamos aqui como conselheiro, mas, para
76 além disso, hoje eu vejo o Estado como indutor das coisas. A única coisa
77 que o Estado pode fazer é induzir, porque investir nós sabemos que não
78 pode. Então eu acho que devíamos passar também para uma discussão de
79 outro nível, inclusive de infraestrutura, de como isso vai se dar, uma

80 discussão com as operadoras, com as transmissoras. Por exemplo, o Norte
81 de Minas tem esse potencial todo, mas na hora em que você for instalar
82 alguma coisa lá você não consegue ligar, porque não tem infraestrutura, ou
83 seja, não tem forma de transmitir hoje. Então essas coisas todas têm que
84 ser estudadas. Tem grandes investimentos em transmissão passando por lá,
85 a própria Taesa hoje está fazendo uma linha de transmissão. Todos esses
86 investimentos passam pelas licitações federais, mas eu acho que o Estado
87 tem que trabalhar na indução e no direcionamento desses investimentos.
88 Porque senão o Norte de Minas vai ficar perdido nisso. Eu não digo só o
89 Norte de Minas, mas especialmente pelo potencial energético de lá. Porque
90 eu acho que Minas Gerais tem toda a condição de se manter em primeiro
91 lugar no Brasil nessa área.” Vitor Reis Salum Tavares/SEMAD: “Quanto esse
92 tema, dentro da capacidade operacional da FEAM, no início do ano nós
93 trabalhamos na fundamentação técnica para que a SEMAD pudesse levar
94 esse tema à CNR e racionalizar o porte e o potencial poluidor dessas
95 licenças para esses empreendimentos. E agora a FEAM passou por uma
96 reformulação de estrutura e ainda assim nós continuamos mantendo a
97 unidade específica e especializada para tratar de energia e mudanças
98 climáticas. Então por parte da FEAM continua o nosso compromisso em
99 poder fomentar esse tipo de energia limpa.” Conselheiro Alexandre Augusto
100 Carneiro: “Eu vou levar à Secretaria, ao secretário, a legítima manifestação
101 do conselheiro Rogério porque realmente nós estamos na contramão,
102 onerando o setor de energia limpa, eu acredito que de uma forma desleal.
103 Porque, com tanto investimento já feito, onerar agora, neste momento, eu
104 acho que é uma deslealdade com quem já fez. Eu vou levar ao secretário de
105 forma que a gente leve o caso à nossa base, aos nossos deputados e
106 senadores mineiros para potencializar essa discussão em Brasília.”
107 Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Obrigado, Dr. Alexandre. Eu aqui
108 sempre falei daquele prédio do Estado, a sede do Estado, a Cidade
109 Administrativa. É um investimento que justifica uma planta de energia solar
110 fotovoltaica, para deixar autossustentável. É uma coisa que o governo devia
111 pensar. Talvez não custe investimento do próprio governo, porque pode
112 fazer isso com a energia devolvida. Essa ideia eu sempre falei aqui, então
113 levem mais ao secretário, porque eu não posso perder esta oportunidade. A
114 área que vocês têm lá tem capacidade de fazer uma usina solar fotovoltaica
115 que deixa aqueles prédios autossuficientes. Pelo menos, é um sinal que o
116 Estado pode dar em direção à energia renovável. Fora a questão de
117 emissões de carbono que seriam evitadas com a planta.” Conselheiro
118 Alexandre Augusto Carneiro: “Eu vou encaminhar a sugestão e acredito que
119 naquela posição pode ser um cartão de visita para Minas Gerais demonstrar
120 o nosso interesse e o nosso compromisso na produção de energia limpa.”
121 Presidente Thiago Higino Lopes da Silva: “Eu venho aqui trazer uma
122 novidade para os senhores, em relação à modernização do licenciamento

123 ambiental no Estado de Minas Gerais. ‘Já está disponível o Sistema de
124 Licenciamento Ambiental (SLA), instrumento da Secretaria de Meio
125 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que transforma a solicitação,
126 análise e decisão das licenças ambientais em um processo 100% digital.
127 Confira no vídeo como utilizar o sistema a partir das orientações do
128 secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,
129 Germano Vieira. Com o novo sistema, toda entrada de documentos, análise
130 processual, contato com o empreendedor e informação a respeito do
131 deferimento ou não da licença serão feitos de forma eletrônica. Além disso,
132 todo empreendimento alvo do licenciamento será cadastrado de forma
133 online, com envio da documentação necessária pela internet.” Em seguida,
134 foi feita exibição de vídeo institucional da SEMAD sobre o Sistema de
135 Licenciamento Ambiental.” Conselheiro Alfredo Marques Diniz: “Eu gostaria
136 de corroborar tudo aquilo que o Rogério falou a respeito da fotovoltaica. Nós
137 temos a oportunidade de fazer investimentos de baixíssimo custo em
138 relação, por exemplo, a uma PCH ou então até uma hidrelétrica de grande
139 porte, e, além de tudo, eu faço a instalação com dois dias, no máximo. Uma
140 instalação para uma residência não passa disso. É oportunidade que nós
141 temos de fazer investimentos, até certo ponto, de baixo custo e para
142 atendimento imediato. E além de fazer ‘on grid’ nós temos condições de
143 fazer ‘off’. No Norte de Minas, por exemplo, aquela pessoa que tem uma
144 cisterna afastada da casa ou no meio da fazenda pode fazer ali uma
145 fotovoltaica para ligar uma bomba para bombear água naquele ponto. Não
146 precisa da linha de transmissão. Agora, se formos pensar no ODS nº 7, que
147 é geração de energia limpa, barata, sustentável, nós temos que ter todo o
148 corpo completo, temos que ter as linhas de transmissão para que seja
149 levada para outros pontos aquela energia gerada. E aí eu falaria também
150 para o Alexandre e para a Laura: a Fiemg já tem um trabalho muito grande
151 desenvolvido, inclusive, criou uma comissão especial de energia e tem um
152 trabalho muito grande nisso. Eu também sou contra a taxaço proposta pela
153 Aneel, 63% inviabilizam qualquer projeto. E temos também o deputado Gil
154 Pereira, que já trabalha anos a fio nesse investimento ou nessa luta.
155 Inclusive, ele é o proponente da lei estadual para redução de ICMS sobre a
156 geração fotovoltaica. Ou seja, nós precisamos unir essas forças. Alexandre,
157 então, por gentileza, vamos falar com o secretário. Eu acredito que ele
158 estava, inclusive, na audiência pública na Assembleia há um mês. Nós
159 precisamos unir as forças e somar. Quem já fez alguma coisa, quem já
160 lançou alguma ideia? Vamos somar então esses esforços, não vamos
161 começar do zero. Eu diria que o Rogério foi muito feliz de ter levantado esse
162 tema, porque nós estamos, como ele mesmo disse, neste final de 2019, com
163 pouquíssimas reuniões, e muitos temas pertinentes nós poderíamos estar
164 aqui discutindo e não discutimos. Laura, eu não sei se é possível, mas eu
165 sugeriria que na próxima reunião você trouxesse o projeto ‘Sol de Minas’. Eu

166 procurei na internet, mas não achei nada sobre o 'Sol de Minas'. Então ele
167 está muito ainda incipiente ou escondido, guardado. Então eu gostaria de
168 fazer essas colocações e desejar que realmente tenhamos essa união em
169 prol do atendimento do objetivo do Desenvolvimento Sustentável nº 7.”
170 Letícia Capistrano Campos, da FEAM: “Quanto à fala do conselheiro Rogério
171 sobre a questão de a CEM não ter acontecido durante muito tempo e tudo
172 mais, talvez isso não tenha entrado como um ponto de pauta porque o nosso
173 decreto de competências foi publicado na última quinta-feira. Tem um prazo
174 antes disso para encaminhar pontos de pauta. Mas nós passamos por uma
175 reestruturação administrativa, o decreto foi publicado na última quinta-feira,
176 dia 21, e algumas mudanças aconteceram, inclusive na unidade responsável
177 por energia e mudanças climáticas. Anteriormente, era uma gerência
178 vinculada a uma diretoria da FEAM, e agora nós passamos essa unidade
179 para vinculação direta ao Gabinete da FEAM, e hoje na verdade é um
180 núcleo. E acrescentamos o item sustentabilidade, para tratar dos dois
181 objetivos de desenvolvimento sustentável relativo ao meio ambiente. Então
182 hoje se chama Núcleo de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas.
183 Nós queremos colocar a pauta ODS de volta no cenário. Inclusive, no PPAG
184 que encaminhamos para a Assembleia Legislativa, a FEAM ficou com dois
185 programas: um programa tem quatro ações e o outro tem uma ação. Dentro
186 desse programa que tem quatro ações, uma está especificamente ligada
187 para essa pauta. E nós conseguimos, inclusive, colocar o orçamento na
188 pauta para o próximo ano. Então talvez essa falta de reuniões, um pouco da
189 nossa ausência mesmo, é porque estávamos olhando um pouco para dentro
190 para rever algumas coisas que precisavam ser revistas. Nós entendemos a
191 importância do tema, que é tão importante que, inclusive, caminhamos com
192 ele um pouco mais acima da FEAM, porque entendemos que perpassa
193 todas as outras unidades administrativas da FEAM e que é mais
194 interessante ficar vinculado ao Gabinete. Hoje já tem essa unidade definida
195 de acordo com o decreto. Vocês podem acessar e conhecer as novas
196 competências da unidade. E criamos também uma unidade chamada Núcleo
197 de Programas, Projetos e Pesquisas, que vai dar um suporte muito grande
198 no sentido de firmar termo de parceria. A pauta é um pouco mais
199 internacionalizada do que as demais, então esse núcleo vai dar um suporte
200 muito bom, inclusive, para o Núcleo de Sustentabilidade, Energia e
201 Mudanças Climáticas. Mas também passamos por outra reestruturação
202 relacionada a pessoal, perdemos muitos servidores que trabalhavam na
203 pauta de energia e mudanças climáticas e estamos reestruturando esse
204 núcleo. Nós temos feito várias conversas e estamos buscando essa
205 mudança administrativa. Nós temos interesse de dar um foco para a pauta.
206 Inclusive, pelo PPAG, eu acho que isso fica muito claro. O objeto que
207 colocamos é a criação de um observatório de ODS para o Estado. É algo
208 que queremos que comece na FEAM, no Sisema. Nessa Conferência de

209 Recife, nós identificamos que ODS sempre começa a discussão em
210 Secretaria de Meio Ambiente, e depois a gente consegue levar para as
211 demais. Então nós queremos trabalhar em ODS, na pauta de meio
212 ambiente, e propor também para o governo que trabalhe sobre os demais
213 ODSs. Podemos ver lá na meta do PPAG. Nós passamos por essa
214 reformulação, o tema está em pauta, é prioritário tanto para a FEAM quanto
215 para o Sisema.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “A Abes faz a
216 promoção técnico-científica, é uma instituição dessa área. Neste ano, nós
217 produzimos o Seminário Nacional de Perdas no Sistema, na Copasa, e no
218 ano que vem nós vamos ter em junho – e queríamos contar com todos aqui
219 – O Seminário Nacional de Resíduos Sólidos aqui em Belo Horizonte, que
220 acontece bianualmente. Então eu queria deixar já a agenda de todos com a
221 previsão. Vai ser em parceria com o Crea, na sede do Crea. A Abes está
222 aberta para divulgação do material, para aquilo que for preciso, como
223 sempre.” Conselheiro Alfredo Marques Diniz: “Só também deixar registrado
224 que, na semana passada, nós realizamos o primeiro Fórum de Cidades
225 Inteligentes e Sustentáveis, o que tem a ver também com o melhor
226 aproveitamento da energia. Nós convidamos alguns prefeitos, pela AMM, e
227 vários prefeitos foram lá mostrando, por exemplo, como estão combatendo a
228 coleta de lixo, combatendo os lixões. Porque existe a lei para poder acabar
229 com lixão. Ainda existem muitos lixões por aí espalhados no Brasil. É muito
230 importante o Crea fazer esse tipo de evento, porque o Crea é responsável
231 pela verificação e fiscalização da atuação profissional. Aqui nós temos o
232 engenheiro eletricitista, engenheiro de energia, engenheiro mecânico, que
233 tem a ver com energia, e depois os de meio ambiente, que têm a ver com
234 mudança climática e outros temas. Então o Crea é também sempre um
235 parceiro. Nós temos espaço para poder realizar eventos lá, auditórios de 150
236 e de 220 pessoas. Então ficamos à disposição também. Caso queiram,
237 precisem de algum espaço, nós temos espaço para fazer esse tipo de
238 evento, um local também central, de fácil acesso, com estacionamento fácil
239 e tudo mais.” **4) EXAME DA ATA DA 17ª REUNIÃO DA CEM.** Aprovada por
240 unanimidade a ata da 17ª reunião da Câmara de Políticas de Energia e
241 Mudanças Climáticas, realizada em 24 de junho de 2019. Votos favoráveis:
242 Abragel, Amif, Fiemg, Abes, Segov, Secult e Sede. Abstenções: Seinfra,
243 Seapa e Crea. Ausências: Cáritas Diocesana e Assembleia Legislativa. **5)**
244 **NOVOS PROCEDIMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO DE USO DE**
245 **RECURSOS HÍDRICOS. Apresentação: Instituto Mineiro de Gestão das**
246 **Águas (IGAM).** Marcelo Fonseca, do IGAM, fez apresentação à Câmara
247 sobre os novos procedimentos para regularização de recursos hídricos no
248 Estado de Minas Gerais, com base no Decreto 47.705 e na Portaria 48/2019.
249 O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD.
250 Manifestações. Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Primeiro, parabéns. A
251 competência da Marília é mais do que comprovada. É importante o tema.

252 Vivemos um período de escassez hídrica, todos nós já temos maior
253 consciência, e eu acho que o IGAM tem que evoluir para um tema que é
254 muito caro à Abes. A Abes tem uma câmara técnica de combate às perdas e
255 de eficiência energética. Nós fizemos, inclusive, na Copasa, neste ano, um
256 seminário, e o resultado dele está no site da Abes. Com apresentação de
257 vários técnicos de todo o Brasil. Nós temos uma coisa no sistema de
258 captação de água no Brasil em geral que é inadmissível, que é exatamente a
259 questão das perdas do sistema. As companhias no Brasil perdem em média
260 35% da água produzida. Se pensarmos em uma indústria, que produz
261 qualquer coisa, sapato, carro, perder 35% de um carro é inadmissível para
262 qualquer indústria. Nós temos esses níveis de perda de 35% para cima,
263 chegando a 90% no Amapá, por exemplo. Isso não é admissível. Eu sei que
264 a Regulação está trabalhando nisso, a Arsae também é nossa parceira
265 nesse tema, mas eu acho que o IGAM tinha que debruçar sobre esse tema.
266 Porque muitas vezes se concede uma água que não tem para um
267 desperdício de 30% a 40%. Então as companhias, as concessionárias ou
268 quem quer que seja, se pediu outorga, deveria comprovar a eficiência. Para
269 quê? Para que sobre mais água para outros. Nesse acompanhamento,
270 nesse monitoramento, eu acho que o IGAM deveria avançar e começar a
271 discutir. Uma apresentação, a princípio, autodeclaratória da eficiência
272 daquilo que se pediu. E não admitir perdas exorbitantes. Para se ter uma
273 ideia, declaradamente, a Copasa perde 35% da água produzida em Belo
274 Horizonte. Fora de Belo Horizonte é mais. Eu fui gestor do Dmae de Ponte
275 Nova, e quando eu cheguei lá se perdiam 55% da água, e saí de lá com
276 25% de perda, o que era benchmark no Brasil para cidades do tamanho de
277 Ponte Nova, de 70 mil habitantes. Então eu acho que essa discussão tem
278 que evoluir e queria que se levasse isso ao IGAM. Eu acho que é
279 impossível, nos dias de escassez que nós estamos vivendo, jogar água fora.
280 Nós só jogamos fora porque é muito barato, porque é de graça. A partir da
281 hora que a água tiver valor, ou seja, que a matéria-prima tiver algum valor na
282 fonte, é que se terá redução desse índice de perda. Para se ter uma ideia, o
283 Japão perde 2%. Não queremos chegar lá nem podemos ainda, porque o
284 investimento seria muito alto. Mas Portugal, por exemplo, perde 10%. Eu
285 acho que o Brasil e Minas Gerais têm que evoluir nisso também.”
286 Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Realmente, é algo que está no nosso
287 radar. Já tem um trabalho que está sendo desenvolvido junto com a UFMG e
288 alguns professores no sentido de chegar a esse coeficiente de uso efetivo,
289 racional, não só para o setor de saneamento, mas para agricultura, indústria
290 e etc. E o Conselho Estadual de Recursos Hídricos estabeleceu um grupo
291 de trabalho que está revisitando as metodologias de cobrança. E a proposta
292 é que cada vez mais o coeficiente de eficiência de uso esteja presente
293 nessas metodologias para fins de beneficiar quem faz o uso racional e
294 eficiente da água e também fomentar que os outros ainda possam fazer isso.

295 É proposta da diretora que, da mesma forma que vai ser concedido um
296 prazo de dois anos a mais nas portarias de outorga que tenham
297 monitoramento online, na medida que esse trabalho avançar, todos os
298 usuários que comprovarem fazer um uso eficiente também vão ter um
299 benefício similar na validade das outorgas e também na questão da
300 cobrança pelo uso de recursos hídricos.” Presidente Thiago Higino Lopes da
301 Silva: “Parabéns, Marcelo e toda a equipe do IGAM. Realmente é um
302 trabalho excepcional que vocês estão fazendo.” **6) RESULTADOS DO**
303 **PROGRAMA CLIMA NA PRÁTICA. Apresentação: Fundação Estadual do**
304 **Meio Ambiente (FEAM).** Letícia Capistrano Campos, da FEAM, apresentou
305 à Câmara os resultados do programa Clima na Prática. O conteúdo da
306 exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheiro
307 Alfredo Marques Diniz: “Eu gostei muito da apresentação. Eu acho que nós
308 temos que aproveitar as oportunidades de levar conhecimento capilarizado
309 para todos os municípios. E percebi que tem oportunidade de melhoria na
310 sua apresentação: ‘geração de energia’, é o sol, a gente não gera, converte.
311 Quando falamos em ‘geração de energia’, sabemos que não estamos
312 gerando energia, mas transformado. Então, se quiser colocar, ao invés de
313 ‘geração’, ‘conversão’. É só uma proposta para melhorar e levar esse
314 conhecimento para todo mundo estar nivelado no nível mais alto.”
315 Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Eu acho que é isso mesmo, a
316 transformação da energia, a maior parte é solar. Eu concordo com o colega.
317 Porque a grande bomba que leva água para cima também é evaporação de
318 água, e o sol é que produziu essa energia. Até a energia eólica é
319 proveniente do sol. Eu fiquei muito satisfeito. Parabéns. Eu queria ver
320 resultados da revolução dessas cidades, principalmente porque participei
321 ativamente com Janaúba e Mariana, com os prefeitos com quem eu tinha
322 contato. Participei da intermediação para que se candidatassem. Então fico
323 feliz de ter um município do Norte de Minas participando e gostaria de
324 acompanhar resultados. Eu sei que ainda estão treinando, fazendo o projeto
325 de cada um, mas fico na expectativa. E também, na expectativa futura, quem
326 sabe se comece a realmente investir não só na formação. Com os
327 resultados, vendo as oportunidades, porque é isso que vai mostrar o projeto,
328 o que cada município conquistou e qual a potencialidade de cada um nas
329 suas metas, que venha recursos de fora.” Letícia Capistrano Campos, da
330 FEAM: “Obrigada pela sugestão, eu vou acatar. Com relação aos
331 municípios, foi interessante porque eles ficaram curiosos. ‘Em quais
332 municípios vocês já foram? Como eles estão nesse sentido?’ Meio que
333 querendo mesmo comparar o posicionamento deles com os demais
334 municípios. E isso nos alertou para realmente divulgar entre os municípios
335 mesmo como cada um está. Às vezes no município X tem uma experiência
336 que deu certo, ‘no meu município tem realidade mais ou menos parecida e
337 posso adaptar’. Então chamou atenção, inclusive, nossa. Nós não tínhamos

338 pensado nisso, mas na próxima rodada já vamos pensar.” Conselheiro
339 Guilherme Corrêa Abreu: “Parabéns pela apresentação, que foi muito boa.
340 Quando você começa a falar que aumenta o escopo, eu acho que a sua fala
341 inicial é muito importante para o Estado, a priorização das ações junto ao
342 governo estadual com essa mudança de estrutura que vocês tiveram. Isso é
343 difícil. Em vista de todas as dificuldades de recursos que vemos que o
344 Estado está passando, eu acho que é uma grande vitória. E quando
345 começam a migrar as questões ambientais e tem que ter uma visão de
346 sustentabilidade eu me coloco no seu lugar, porque é justamente isso que
347 eu estou atravessando recentemente na minha vida profissional. E é muito
348 difícil mesmo, não tenha dúvida de que começa com o meio ambiente, mas
349 você tem que fazer o convencimento, a educação de todas as outras áreas
350 que têm a ver com a questão da sustentabilidade como um todo. Na sua
351 fala, você colocou que o clima é um problema global, e temos que agir
352 localmente. Sim, temos, só que difere um pouco da questão ambiental, na
353 minha visão. Eu posso até contribuir, ajudar, se vocês precisarem. A questão
354 ambiental, pensar globalmente, agir localmente, isso é bem efetivo porque
355 os resultados locais aparecem para o local. Quando você trabalha na
356 questão de poluição hídrica, emissões atmosféricas ou de resíduos e
357 trabalha localmente, os resultados aparecem, locais. Todo mundo fazendo
358 local acompanha o global. Já no clima os resultados que se fazem, locais,
359 não aparecem no local, contribuem para a solução global. E muitas vezes,
360 mesmo tendo excelentes intenções de se reduzir determinadas emissões de
361 determinado local, acaba contribuindo para o aumento em alguma outra
362 região, e o efeito no clima continua o mesmo ou talvez pior. Mas eu acho
363 que talvez o mais importante que se tem nesse sentido – e que eu não ouvi
364 muito na sua fala; talvez não seria nem o objeto – seria trabalhar nas
365 políticas de clima dos municípios. Mas sendo políticas que não causem
366 distorções de que você pesa muito a mão em determinada região e acaba
367 tendo emissões, em outras regiões, decorrentes disso. Essa visão mais
368 sistêmica eu acho que talvez seja a mais importante para se ter um
369 resultado legal de redução das emissões de gases de efeito estufa, de
370 redução da temperatura do planeta e por aí vai. Mas está de parabéns pela
371 apresentação.” Letícia Capistrano Campos, da FEAM: “Muito obrigada,
372 conselheiro. Só complementando a minha fala anterior, essa ferramenta de
373 gestão dá, inclusive, a possibilidade para os municípios terem um
374 conhecimento maior, terem mesmo uma ferramenta de gestão em mãos
375 para desenvolvimento de projetos, inclusive para acessar fundos
376 internacionais e tudo mais. Porque geralmente, quando aparece a
377 possibilidade de um fundo ou qualquer coisa assim, o prazo é bem
378 pequenininho quando olhamos para a realidade do município. Então quando
379 damos uma ferramenta dessa na mão do município nós estamos dando
380 poder para ele acessar esse tipo de recurso também. Outra coisa que

381 identificamos também visitando os municípios, vendo que abriram um pouco
382 as portas nesse sentido.” **7) CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MUDANÇA**
383 **DO CLIMA. Apresentação: FEAM.** Letícia Capistrano Campos, da FEAM,
384 fez apresentação para a Câmara sobre a Conferência Brasileira de Mudança
385 do Clima, encontro realizado em Recife, nos dias 6 a 8 de novembro,
386 reunindo organizações não governamentais, movimentos sociais, governos,
387 comunidade científica e os setores privado e público para três dias de
388 diálogo e formulação de propostas para a implementação da NDC brasileira.
389 O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. **8) CARTA**
390 **DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DO MEIO AMBIENTE PELO CLIMA.**
391 **Apresentação: FEAM.** Letícia Capistrano Campos, da FEAM, fez
392 apresentação da carta assinada por 48 órgãos representados por
393 Secretarias de Estado, durante a Conferência Brasileira de Mudança do
394 Clima, em Recife. ‘A mudança do clima traz impactos para toda a sociedade,
395 e enfrentar esse fenômeno demanda uma governança multinível, com ações
396 em escala global, regional e local. Trata-se de uma responsabilidade de
397 todos proporcionar um ambiente mais seguro e responsivo para as próximas
398 gerações, o que exige de nós, governos subnacionais, reconhecer o nosso
399 papel estratégico na promoção da adaptação aos eventos climáticos, bem
400 como na adoção de um modelo de desenvolvimento de baixo carbono, com
401 a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, associada à criação
402 de empregos, conservação dos recursos naturais, redução das
403 desigualdades e ampliação do progresso social, com atenção às populações
404 mais vulneráveis. Com vistas ao fortalecimento de uma resposta à ameaça
405 das mudanças climáticas que nos permita alcançar um futuro sustentável e
406 resiliente em sintonia com os objetivos da Agenda 2030 e do Acordo de
407 Paris, nós, os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) signatários,
408 nos incorporamos à trajetória de cooperação e esforço global, imbuídos do
409 desejo de adotar medidas transformadoras. Acreditando no diálogo com os
410 demais entes da Federação e considerando a diversidade econômica, social
411 e ambiental de cada território, além da necessidade de financiamento da
412 ação climática, nos comprometemos a: 1. Empreender ações conjuntas para
413 enfrentar a mudança global do clima, incentivando o intercâmbio de
414 informação, conhecimentos para a inovação e boas práticas. 2. Estabelecer
415 as contribuições estaduais para o atingimento da NDC Brasileira e das
416 metas do Acordo de Paris. 3. Institucionalizar, por meio de equipe,
417 orçamento e planejamento, a agenda climática nos Estados. 4. Criar,
418 implementar, monitorar e relatar medidas de enfrentamento à mudança
419 climática, por meio de arcabouço normativo, fóruns, inventário de gases de
420 efeito estufa (GEE), planos de adaptação aos efeitos adversos e mitigação
421 de emissões. 5. Estabelecer que as demais políticas e instrumentos de
422 gestão incorporem as diretrizes de enfrentamento à mudança do clima. 6.
423 Empreender esforços para a implantação do Código Florestal nos Estados e

424 no Distrito Federal, dando efetividade aos mecanismos estabelecidos pelo
425 CAR e pelo PRA, a fim de que as Áreas de Preservação Permanente e
426 Reservas Legais cumpram sua função ambiental. 7. Fortalecer políticas e
427 medidas com vistas a alcançar o desmatamento ilegal zero e a
428 compensação das emissões de gases de efeito estufa provenientes da
429 supressão legal da vegetação. 8. Estabelecer metas para o reflorestamento
430 e restauração florestal e outras políticas de incentivos. 9. Apoiar a
431 elaboração do Plano Estadual de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
432 (Plano ABC), apoiar a implantação dos sistemas de manejo sustentável de
433 florestas nativas e promover a implantação de sistemas de integração
434 lavoura-pecuária-florestas. 10. Promover o fortalecimento de ações de
435 governança das Unidades de Conservação. 11. Apoiar e implementar o
436 mercado de carbono. 12. Adotar ações de eficiência energética nos prédios
437 públicos. 13. Estabelecer políticas de incentivo à geração e uso de fontes de
438 energia renováveis. 14. Promover políticas visando novos padrões de
439 tecnologias limpas, de eficiência energética e de infraestrutura de baixo
440 carbono no setor industrial. 15. Estimular a mobilidade ativa, o uso do
441 transporte público, melhorias na eficiência veicular e na adoção da energia
442 renovável na frota pública. 16. Estabelecer políticas de compras públicas
443 sustentáveis. 17. Estimular a educação climática nas escolas e
444 universidades públicas, além de divulgar para a sociedade as medidas de
445 enfrentamento à mudança do clima.’ Manifestações. Conselheiro Rogério
446 Pena Siqueira: “Primeiro, Letícia, parabéns, e também ao Germano, sempre
447 ativo e importante na política pública de meio ambiente em Minas e no
448 Brasil. E dizer o seguinte: essa carta pode ter uma grande importância, mas
449 também tem que ser introjetada aqui primeiro no governo. Porque começa
450 como uma carta de secretários de Estado de Meio Ambiente, mas, se vira
451 uma carta de governadores, muda muito para a questão de política pública
452 no Brasil, visto o que há de política pública na instância maior. Nós estamos
453 vendo, e eu pelo menos pessoalmente posso falar isso, uma destruição das
454 políticas públicas de meio ambiente neste país, com todo o direcionamento
455 totalmente com sinal contrário, inclusive às políticas mundiais, e um
456 enfrentamento terrível. Assim eu considero. E acho que, se os governadores
457 se unirem, pelo menos, tentar neutralizar esse sinal negativo que o Brasil dá
458 para o mundo. Se os governadores assumem isso e se organizem talvez em
459 torno da ideia dessa carta, é uma coisa importante.” Conselheiro Alfredo
460 Marques Diniz: “Eu também cumprimento, ótimo, essa participação tem que
461 ser efetiva, realmente. Eu gosto muito de participar de eventos e levar pelo
462 menos duas pessoas para trocar ideias. Que bom que foram mais de duas.
463 Então dá para trocar bastante ideia e dividir dentre as várias palestras e
464 depois soma todos os resultados. Uma vez eu escutei ‘ensinai as crianças, e
465 não será preciso punir os homens’. Eu não vi, por exemplo, na carta uma
466 coisa que sempre falamos de ensinar meio ambiente nas escolas de

467 educação básica.” Letícia Capistrano Campos, da FEAM: “Está no 17º:
468 ‘Estimular a educação climática nas escolas e universidades públicas, além
469 de divulgar para a sociedade as medidas de enfrentamento às mudanças
470 climáticas...’” Conselheiro Alfredo Marques Diniz: “Mas tinha que ser na
471 educação básica, no início. Se colocar assim, na universidade, para aquela
472 pessoa que já está formada. Tem que ser específico para a educação
473 básica: a criança entrou na escola, já começa a falar disso e a puxar a
474 orelha do pai: ‘Pai, você jogou aquele papel de bala no chão.’ Ou seja, a
475 educação básica é que é a base realmente para levar a uma sociedade
476 melhor. Da forma como está colocado, vai ser introduzido no segundo grau,
477 na universidade, quando a pessoa já tem outro tipo de cabeça. Eu acho que
478 faltou colocar isso na educação básica.” Conselheiro Guilherme Corrêa
479 Abreu: “A carta é interessante, tem um cunho político muito forte, no meu
480 ponto de vista, mas eu não vejo muito que esteja havendo degradação de
481 questões de políticas ambientais e de mudança do clima no país. O que nós
482 estamos atravessando, no meu ponto de vista, é uma situação momentânea.
483 Nenhum governo vai querer dar um tiro no pé de não ficar alinhado com o
484 que investidores externos estão demandando para essas questões
485 ambientais. E se formos observar, dos compromissos assumidos pelo país
486 em relação ao NDC, basicamente, na carta, tem alguns itens que são uma
487 transcrição pura e clara daquilo que está no NDC. E aí especificamente para
488 a indústria. Ou seja, não tem nada de adicional, está exatamente
489 referendando aquele compromisso que havia sido feito lá atrás. E se
490 fizermos uma avaliação a NDC do Brasil talvez seja uma das mais ousadas,
491 senão a mais ousada de todos os países. Porque ela faz uma previsão de
492 redução de emissões, com o combate para 2025 e 2030 em questões
493 absolutas, não relativas e econômicas e aplicadas a toda a economia, não
494 somente naqueles pontos que são ressaltados na NDC, na questão das
495 queimadas, na questão da energia limpa e por aí vai. Só discordando um
496 pouquinho do posicionamento de que as políticas no Brasil estão sendo
497 degradadas, se estivessem sendo degradadas, o Brasil já tinha saído do
498 Acordo de Paris. Não sediou a COP por ene questões em que não vou
499 entrar no mérito, mas as NDCs brasileiras, no meu ponto de vista, falando
500 em termos de CO2, são realmente bem ousadas. A carta mostra uma
501 organização. O que falta, para mim, do governo federal, nesse ponto, é que
502 quem deveria estar puxando esse tipo de organização seria o governo
503 federal e não os governos estaduais, para que os governos estaduais
504 possam estar se movimentando e cumprindo. Mas ao mesmo tempo eu não
505 vejo como se fosse uma total ausência do governo nas questões do clima,
506 justamente porque ainda estamos no Acordo de Paris, estamos buscando
507 executar as NDCs, estamos trabalhando para isso, e por aí vai. A minha
508 opinião seria essa.” Letícia Capistrano Campos, da FEAM: “Obrigada,
509 conselheiro. Eu acho que essa oportunidade mostrou muito ao país que os

510 Estados estão preocupados, que os Estados estão se unindo na causa. Eu
511 acho que essa carta é muito importante nesse sentido. Muito obrigada a
512 todos.” **9) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA**
513 **CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
514 **(CEM) DO COPAM PARA O ANO DE 2020. Apresentação: SEMAD.**
515 Aprovada por unanimidade a agenda de reuniões da Câmara de Políticas de
516 Energia e Mudanças Climáticas para o ano de 2020 nos termos da proposta
517 apresentada pela SEMAD, com previsão de sessões nas seguintes datas:
518 17/2, 27/4, 22/6, 24/8, 26/10 e 14/12. Votos favoráveis: Abragel, Amif, Fiemg,
519 Crea, Segov, Seinfra, Sede e Seapa. Abstenções: Abes e Secult. Ausências:
520 Cáritas Diocesana e Assembleia Legislativa. A Câmara aprovou por maioria
521 o horário das 14h para realização das reuniões. Votos favoráveis: Amif,
522 Fiemg, Secult e Seapa. Votos contrários: Crea, Segov e Seinfra.
523 Abstenções: Abragel, Abes e Sede. Ausências: Cáritas Diocesana e
524 Assembleia Legislativa. Justificativas dos votos contrários. Os conselheiros
525 que votaram contra a proposta original da SEMAD pelo horário das 14h se
526 manifestaram favoráveis ao horário das 9h. **10) ENCERRAMENTO.** Não
527 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente suplente Thiago
528 Higino Lopes da Silva declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta
529 ata.

531 _____

532 **APROVAÇÃO DA ATA**

533

535 _____

536 **Thiago Higino Lopes da Silva**
537 **Presidente suplente da Câmara de Políticas**
538 **de Energia e Mudanças Climáticas**